



# *Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto*

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Unidade Central de Controle Interno

## RELATÓRIO Nº 02 AUDITORIA 01/2018

**Emitente:** Unidade Central de Controle Interno

**Unidade Gestora:** Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

**Controlador responsável:** Roberta Querubim Medeiros Martins (em exercício)

**Exercício:** 2018

### 1. Introdução

O Plano Anual de Auditoria Interna foi elaborado com base no conceito de Auditoria Baseada em Risco, cujos pontos auditados foram determinados em face da maior relevância, materialidade e vulnerabilidade, visando assegurar o cumprimento da missão institucional e a salvaguarda dos ativos.

Os fatores considerados na elaboração do PAAI - 2018 e os sistemas envolvidos no planejamento dos trabalhos de auditoria desta UCCI foram pautado em especial pelos seguintes fatores:

- a) Determinações e orientações emanadas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, Ministério Público e Câmara Municipal.
- b) Orientações constantes nos pontos de controle definidos em Instrução Normativa do TCEES, bem como as necessidades demandadas do município.

As ações de auditoria planejadas objetivam verificar o desempenho das atividades das Unidades Gestoras, comparando-as com os preceitos legais e as rotinas internas definidas por meio de Instruções Normativas.

O objetivo deste relatório é apresentar as constatações verificadas sobre os itens: Adicionais de Insalubridade, Periculosidade e Adicional Noturno, dos servidores do Poder Executivo, de acordo com a auditoria operacional nº 01/2018 e apresentar as proposições/orientações sobre as mesmas, considerando a legislação municipal vigente.

Foram realizadas análises dos referidos adicionais, de acordo com os relatórios emitidos pela Divisão de Recursos Humanos, recebidos por esta UCCI em



# *Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto*

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Unidade Central de Controle Interno**

01/02/2018, onde foi analisado o universo de 100%, no entanto os cálculos foram feitos por amostragem.

Verificou-se os relatórios dos meses de julho de 2016, julho de 2017 e janeiro de 2018, porém, as informações que serviram de base para elaboração das tabelas em anexo foram as do relatório do mês de janeiro/2018, por se tratar da situação atual dos servidores públicos municipais.

## **2. Relatório 02 Auditoria Nº 01/2018**

### **2.1 Auditoria Divisão de Recursos Humanos - Adicionais de Insalubridade, Periculosidade e Adicional Noturno.**

<b>Adicional de Insalubridade Secretaria de Obras e Serviços Urbanos</b>			<b>Base Legal</b>
<b>Código</b>	<b>Achados</b>	<b>Situação</b>	<b>Legislação Analisada</b>
2.1.1	06 servidores (04 jardineiros, 01 mestre de obras e 01 encanador) recebem adicional de 20 % e suas Atividades de acordo com LTCAT não são insalubres.	Em providências.	LC Nº 06/2002
2.1.2	04 servidores (1 calceteiro e 3 coveiros) recebem percentual inferior ao que deveria receber.	Em providências.	LC Nº 10/2008
2.1.3	11 Auxiliares de Limpeza e Conservação recebem o adicional de 40 %, o LTCAT garante esse adicional somente para os servidores deste cargo que trabalham na coleta de lixo.	Em providências.	LC Nº 11/2009
2.1.4	14 Auxiliares de Limpeza e Conservação recebem o adicional de 20 %, não consta no LTCAT este percentual de insalubridade para o referido cargo.	Em providências.	LC Nº 14/2012
2.1.5	03 Motoristas recebem o referido adicional, sendo que 02 recebem 20 % e 01 recebe 40%, no entanto o LTCAT estabelece somente o adicional para Motorista do caminhão do lixo no percentual de 40 %.	Em providências.	LC Nº 18/2012
2.1.6	01 servidor recebe adicional de insalubridade estando em cargo comissionado.	Em providências.	LC Nº 30/2012
2.1.7	Foram encontradas divergências entre o LTCAT vigente, o Decreto municipal, as Atividades executadas pelos servidores e valores pagos na folha do mês de janeiro/2018.	Em providências.	LC Nº 34/2012
<b>Adicional de Insalubridade Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente</b>			LC Nº 35/2012
<b>Código</b>	<b>Achados</b>	<b>Situação</b>	
2.1.8	O cargo de motorista não foi considerado insalubre pelo LTCAT vigente, no entanto verificou-se que 01 servidor recebe o adicional de 20%, existe um processo individual do referido servidor, porém não foi finalizado.	Em providências.	LC Nº 41/2017
2.1.9	01 servidor recebe adicional de insalubridade estando em cargo comissionado, o LTCAT definiu um percentual de 20%, porém o servidor recebe adicional de 40%.	Em providências.	LC Nº 335/1990
<b>Adicional de Insalubridade Fundo municipal de Saúde</b>			LEI Nº 835/2017
<b>Código</b>	<b>Achados</b>	<b>Situação</b>	



# *Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto*

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Unidade Central de Controle Interno**

2.1.10	05 Auxiliares de Limpeza e Conservação recebem adicional de 20%, porém no LTCAT esta atividade consta como não insalubre.	Em providências.	
2.1.11	01 Enfermeira não recebe o Adicional de insalubridade e no LTCAT sua atividade é insalubre.	Em providências.	
2.1.12	O cargo de Técnico de Enfermagem não consta no LTCAT e em Decreto Municipal.	Em providências.	
2.1.13	O cargo de Técnico em Saúde Bucal não consta no LTCAT e em Decreto Municipal, 02 servidores recebem o adicional de 20% e 01 servidora não recebe.	Em providências.	
2.1.14	02 Médicos não recebem o adicional de insalubridade e de acordo com LTCAT eles devem receber.	Em providências.	
2.1.15	O cargo de Farmacêutico não foi considerado Insalubre no LTCAT vigente, porém verificou-se que o adicional foi concedido à 01 servidora através de processo individual.	Em providências.	
2.1.16	O cargo de Fiscal de Saúde não foi considerado Insalubre, porém 02 servidores recebem o adicional de 20%.	Em providências.	
2.1.17	01 Atendente de Laboratório recebe adicional de 20%, porém o servidor está nomeado para um cargo comissionado.	Em providências.	
2.1.18	O cargo de Fonoaudiólogo não foi considerado Insalubre, 01 servidora recebe adicional de 20%, no entanto seu processo individual não foi finalizado.	Em providências.	
2.1.19	O cargo de Psicólogo não foi considerado insalubre, 01 servidora recebe adicional de 20%, no entanto seu processo individual não foi finalizado.	Em providências.	
2.1.20	01 Fisioterapeuta não recebe o adicional de insalubridade, porém de acordo com LTCAT teria direito a 20% de adicional.	Em providências.	
<b>Adicional de Periculosidade</b>			
2.1.21	<p>Todos os 08 (oito) vigias recebem adicional de 20% de periculosidade, porém de acordo com o LTCAT analisado as atividades executadas pelos vigias não são perigosas.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>De acordo com a legislação, o servidor que não realiza vigilância armada não tem direito ao referido adicional, e, no entendimento da SDI-1, o vigia, ao contrário do vigilante, não está exposto a risco de roubo ou violência física, não se enquadrando, portanto, na norma do Ministério do Trabalho. A atividade do vigilante demanda o uso de arma de fogo, treinamento específico e demais requisitos previstos em lei, <b>enquanto que o vigia</b> desenvolve suas funções sem o risco acentuado aludido na CLT, não havendo, portanto, previsão legal de pagamento do adicional de periculosidade.</li></ul>	Em providências.	
<b>Adicional Noturno</b>			
2.1.22	<p>Os valores de adicionais noturnos pagos aos servidores no mês de janeiro/2018, foram realizados cálculos por amostragem e os resultados desses cálculos foram divergentes aos valores de adicional noturno pagos aos servidores no referido mês.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>De acordo com o Estatuto dos Servidores Municipais (Lei nº 335/1990), configura-se como trabalho noturno os serviços prestados em horário compreendido entre vinte e duas horas de um dia e cinco horas do dia seguinte e terá o valor acrescido de vinte e cinco por cento.</li></ul>	Em providências.	



# *Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto*

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Unidade Central de Controle Interno

## **3. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO**

### **PROVIDÊNCIAS PARA SANAR AS DIVERGÊNCIAS/ACHADOS**

Dorcas do Rio Preto - ES, 10 de Maio de 2018.

Senhor Prefeito,

Para sanar as divergências encontradas encaminhamos as seguintes orientações quanto aos achados:

- 1- Que seja imediatamente adequada as atividades executadas pelos servidores às atividades dos seus respectivos cargos;
- 2- Que seja realizada as adequações necessárias ao LTCAT e ao Decreto Municipal;
- 3- Que sejam recalculados todos os Adicionais em questão, uma vez que houve divergência entre as amostras verificadas e os valores pagos. Os cálculos deverão ser feitos baseado na quantidade de horas noturnas cumpridas pelo servidor no respectivo mês;
- 4- Que se adeque imediatamente o pagamento dos adicionais de insalubridade, Periculosidade e Adicional Noturno dos servidores municipais;
- 5- Considerando que a Unidade Central de Controle Interno não dispõe no momento de assessoria jurídica, solicitamos que este processo seja encaminhado à Procuradoria Geral do Município para uma análise geral, bem como parecer sobre as atitudes que deverão ser tomadas pelo Gestor quanto aos adicionais pagos a menor e a maior.

Respeitosamente,

**Roberta Querubim Medeiros Martins**

Controlador Geral Interno (em exercício)

**Douglas da Silva Martins**

Auditor Público Municipal